

6M. 05/01/95



**COMPANHIA
PARAIBUNA
DE METAIS**

CGC 42.418.651/0001-07

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA AOS 23 DE DEZEMBRO DE 1994

DATA: Aos 23 dias de dezembro de 1994, às 10:00 horas, na sede social da empresa, situada à Rodovia BR 267, Km 119, Igrejinha, Juiz de Fora, Minas Gerais. CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado nos jornais Gazeta Mercantil, Diário Oficial de Minas Gerais e Tribuna de Minas Gerais nos dias 15/16 e 19, 15/20 e 21, 15/16 e 17 de Dezembro, respectivamente; PRESENÇA: Acionistas representando 97,85% do capital social com direito a voto da companhia. MESA: Presidente: Rolf Carl Dale Thortensen - Secretário: Candido da Souza. ORDEM DO DIA: 1) Retificar e ratificar no que couber as características da Emissão para subscrição pública de até 500 (quinhentas) debêntures escriturais conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, em série única, da espécie subordinada com jancha, no montante de até R\$50.000.000,00 em 01/08/94, já deliberada na Assembléia Geral Extraordinária de 20 de julho de 1994, com a fixação de prazo de preferência para subscrição para os atuais acionistas; 2) Delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre as condições que tratam os incisos VI e VIII do artigo 59 da Lei N° 6.404/76, bem como sobre a oportunidade da emissão; 3) Autorizar a Diretoria a lavrar a Escritura da Emissão e a contratar o Agente Fiduciário e a(s) Instituição(ões) Financeira(s) credenciada(s) a operar no mercado de capitais para coordenar a colocação pública de debêntures; 4) Outros assuntos de interesse da sociedade. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos, a Assembléia Geral aprova o seguinte: 1. RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES APROVADA NA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 20/07/94, QUE PASSAM A SER AS SEGUINTEs: 1. Montante da Emissão: R\$50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), na data da emissão. 2. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário: Serão emitidas 500 (quinhentas) debêntures com valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais), na data da sua emissão. 3. Séries: A emissão será realizada em série única; 4. Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01 de agosto de 1994. 5. Prazo e Data de Vencimento: As debêntures terão prazo de 43 (quarenta e três) meses contados a partir de 01 de dezembro de 1994, vencendo-se portanto, em 01 de julho de 1998. 6. Forma e Conversibilidade: As debêntures serão escriturais e poderão ser convertidas em ações ordinárias (1/3) e preferenciais (2/3) da Sociedade, a qualquer tempo, à opção dos debenturistas, de acordo com o seguinte cronograma:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE -		TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	
No ato da subscrição até 31/12/95	970.000 ações	1.940.000 ações	2.910.000 ações
De 01/01/96 a 31/12/96	873.000 ações	1.746.000 ações	2.619.000 ações
De 01/01/97 a 31/12/97	776.000 ações	1.552.000 ações	2.328.000 ações
De 01/01/98 a 01/07/98	679.000 ações	1.358.000 ações	2.037.000 ações

6.1 Os debenturistas exercerão a opção de conversão por meio de envio à Sociedade da Solicitação de Conversão, através de carta registrada, com aviso de recebimento, telex ou fac-símile, ou ainda, através do Sistema Nacional de Debêntures - CETIP. A Solicitação de Conversão deverá conter o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que deseja converter. 6.1.1. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão a data da entrega da Solicitação de Conversão à Sociedade. 6.1.2. As ações resultantes da conversão serão colocadas à disposição de seus titulares em até 3 (três) dias úteis após a data da Solicitação de Conversão. 6.2. As ações decorrentes da conversão, terão as mesmas características e condições e farão jus aos mesmos direitos, preferências e vantagens, estatutariamente garantidas às ações ordinárias e preferenciais, e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Sociedade, a partir da data de Solicitação de Conversão pelo debenturista. 6.3. As ações oriundas da conversão farão jus a dividendos integrais do exercício em que ocorrer a Solicitação de Conversão. 6.4. A parcela dos juros remuneratórios referente aos 16% a.a., será devida em espécie pela Sociedade, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado até o 5º (quinto) dia útil subsequente, remunerada pela variação da TR, a data base do dia da conversão, "pro-rata" por dias úteis até a data do efetivo pagamento. 6.5. Os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures em ações serão realizados mensalmente, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei N° 6.404/76 e no Estatuto Social da Sociedade. 6.6. A quantidade de ações estipuladas no caput deste item, será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou agrupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos. 6.7. No caso de a Sociedade emitir novas ações ou debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, em que o preço de subscrição ou o preço de conversão for inferior ao preço de conversão desta emissão, durante o prazo para o exercício de preferência ou atendimento prioritário na colocação pública, o preço de conversão das debêntures desta emissão será: (a) o preço fixado para a subscrição das novas ações emitidas, ou (b) o preço fixado para conversão da nova emissão de debêntures conversíveis. 7.1. Na hipótese do item 6.7. retro, as frações de ações apuradas na data da Solicitação de Conversão serão devidas em espécie, nessa mesma data, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, remunerado pela variação da TR, "pro-rata" por dias úteis até a data do efetivo pagamento. 7. Espécie e Garantia: 7.1. As debêntures serão da espécie subordinada contando adicionalmente com garantia fidejussória. 8. Preço de Subscrição: Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição, será o seu valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios e prêmio, este se houver, calculados na forma dos itens 9 e 10 abaixo, respectivamente. 9. Juros Remuneratórios: As debêntures desta emissão farão jus à percepção de juros remuneratórios, a partir de 01/12/94, de acordo com a variação da TR (Taxa Referencial), data base dia 01, acrescida (capitalizada) de 16% (dezesseis por cento) ao ano (365 dias). 9.1. a parcela de juros remuneratórios, correspondentes à variação da TR, será capitalizada e acrescida ao valor nominal, e o valor pecuniário assim obtido constituirá base de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão. No caso de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não puder ser utilizada como parâmetro de remuneração nas emissões de debêntures, será aplicável à presente emissão, em sua substituição, a taxa ANBID referente ao primeiro dia útil do mês, diminuída (descapitalizada) do spread de 1,5% (um e meio por cento) ao mês, por-rateada por dia útil até ao 1º dia útil do mês seguinte, sucessivamente, limitada ao valor mínimo de 0% (zero por cento) ao mês. 9.2. O valor pecuniário resultante do previsto no item 9.1 acima será pago quando do resgate ou do vencimento desta emissão. 9.3. A parcela de juros remuneratórios correspondente aos 16% (dezesseis por cento) ao ano será paga semestralmente sempre em 01/07 e 01/01 de cada ano, sendo a primeira parcela de juros devida em 01/07/95 e a última em 01/07/98, calculada exponencialmente por dias decorridos desde 01/12/94, ou do último vencimento de juros, incidindo sobre o valor pecuniário resultante do previsto no item 9.1 acima; 10. Prêmio: A Sociedade pagará as debêntures desta emissão um prêmio equivalente à diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula:

$$P = (VN1 \times F) - (VN2 \times 1,16 \frac{D}{365})$$

Onde: P - é o valor do prêmio a ser pago por debênture; se positivo, expresso em reais; VN1 - é o valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios em 01/12/94; VN2 é o valor nominal unitário acrescido da parcela de juros remuneratórios correspondente à variação da TR na forma definida no item 9.1., em 01/07/98; D - 1.308 (mil trezentos e oito) dias (de 01/12/94 a 01/07/98); F - Fator do prêmio para cada debênture, segundo o parâmetro descrito a seguir: Parâmetro de Prêmio (F): Fator acumulado do resultado da aplicação das taxas divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré-fixados, acrescido (capitalizado) de um "spread" de 3% (três por cento) ao ano (360 dias), no "período de incidência de juros ANBID", calculado pela fórmula a seguir:

$$F = (T1 \times T2 \times \dots \times Tn) \times (1,03) \frac{D}{360}$$

Onde: D = já definido;

$$T_n = \left(\frac{\text{ANBID } n}{100} + 1 \right)^{\frac{360}{D}}$$

Onde: t = prazo da taxa ANBID n, idêntico ao sub-período em vigor; ANBID n = taxa ANBID do início do sub-período n.º) Entende-se como período de incidência de Juros ANBID", aquele que se inicia em 01/12/94 e se encerra na data do efetivo pagamento do prêmio e, como sub-períodos de incidência de juros ANBID", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim: b) O primeiro sub-período, inicia-se em 01/12/94 e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré-fixada, mais negociada, apurada na data de início do sub-período; c) Os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o de sub-período em vigor; d) As taxas dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata temporis" se necessário, até a data do efetivo pagamento de prêmio, de forma a cobrir todo o período de incidência de juros ANBID"; e) Na falta de divulgação pela ANBID das taxas acima citadas, será utilizada a taxa, referente ao dia útil seguinte em que seja divulgada. Caso a falta de divulgação tenha duração de 5 dias úteis, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos bancários pré-fixados, para lotes de valor equivalente a 10 (dez) debêntures, obtidas pelo Agente Fiduciário junto às seguintes instituições: BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.; BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.; UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.; CITIBANK, N.A. 11. Procedimento da Distribuição Primária: Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures no mercado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, de modo que as instituições participantes da presente emissão, efetuarão a colocação de seus respectivos lotes mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos; 12. Negociação: A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88; 13. Publicação na Imprensa: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma, envolva o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em prazo tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture; 14. Atualização Monetária: O valor nominal das debêntures da presente emissão não terá atualização monetária. 15. Resgate Antecipado Facultativo: A Sociedade, a critério do Conselho de Administração, poderá resgatar a qualquer tempo debêntures desta emissão, por seu valor nominal acrescido dos juros e prêmio apurados na data efetiva do resgate, conforme definido nos itens 9 e 10, respectivamente. O resgate antecipado se dará nas seguintes condições: i) será pago adicionalmente, na mesma data, um prêmio de resgate antecipado, correspondente a um percentual incidente sobre o valor de resgate das debêntures, no valor de 4,5% caso o resgate ocorra até 31/12/95, de 3,0% caso ocorra de 01/01/96 a 31/12/96 e de 1,5% caso ocorra de 01/01/97 a 31/12/97, não sendo devido prêmio de resgate antecipado após esta data; ii) No caso de resgate parcial, deverá o mesmo ser feito mediante sorteio com a presença do Agente Fiduciário; iii) O resgate antecipado será precedido de aviso aos debenturistas, publicado com pelo menos 40 (quarenta) dias de antecedência, do qual deverá constar, dia do resgate, data limite para conversão opcional das debêntures a serem resgatadas, quantidade e numeração das debêntures sorteadas, no caso de resgate parcial; iv) Os debenturistas poderão optar pela conversão de suas debêntures, no caso de resgate parcial ou total, até 10 dias antes da data determinada para a efetivação do resgate, conforme publicado no aviso de resgate. 16. Forma de Pagamento: As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição. 17. Aquisição Facultativa: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal acrescido de juros remuneratórios, e prêmio, se houver, conforme definido nos itens 9 a 10 acima, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Sociedade, ou serem novamente colocadas no mercado; 18. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da Sociedade na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema; 19. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos; 20. Juros de Mora: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e prêmios, se houver, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; 21. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 20 anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros, prêmio e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento; 22) Vencimento Antecipado: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Sociedade do valor nominal corrigido monetariamente, acrescido de juros e prêmio, se houver, das debêntures em circulação, calculados exponencialmente por dias decorridos mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos: a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Sociedade; b) Pedido de concordata preventiva formulado pela Sociedade; c) Falta de cumprimento pela Sociedade de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, e d) Vencimento antecipado de qualquer dívida da Sociedade, em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Sociedade, prevista na Escritura de Emissão; 2. Será concedido aos acionistas da Sociedade prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das debêntures da emissão de que se trata no período estabelecido em Aviso aos Acionistas a ser publicado. Os acionistas controladores da Sociedade, abaixo relacionados, neste ato renunciam ao Direito de Preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, da 1.ª Emissão, série única, previsto no Art. 171 da Lei nº 6.404/76, em caráter irrevogável e irretratável na forma do artigo 1.317 inciso II do Código Brasileiro, nas proporções abaixo, com o objetivo de permitir à Sociedade a ofertar publicamente as debêntures decorrentes da presente renúncia:

ACIONISTAS	DIREITO DE PREFERÊNCIA	
	% CAPITAL SOCIAL	QTDE. DE DEBÊNTURES
Sr. RAIMUNDO JOSÉ SABÓIA PESSOA, residente e domiciliado na Av. Presidente Vargas, 417/5.º andar - RJ	1,93%	9
CIA. DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS, CGC nº 20.512.596/0001-16	30,69%	153
TOTAL	32,62%	162

3. DELEGAÇÃO: fica delegado ao Conselho de Administração da Sociedade com referência às deliberações ora tomadas, poderes para a deliberação das matérias prescritas nos incisos VI e VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15/12/76, em especial para alterações que porventura se façam necessárias para a adequação da Escritura de Emissão de debêntures às exigências legais e de mercado. 4. DA AUTORIZAÇÃO: A presente Assembleia autoriza ainda a Diretoria a contratar a Oliveira Bastos OTVM Ltda., assim como nomear e contratar o Agente Fiduciário, adotando junto aos órgãos governamentais, autarquias públicas e privadas em geral, as providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta Assembleia. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e achada conforme pelos presentes e vai pelos mesmos assinada em sinal de sua aprovação, ficando autorizada a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na publicação desta ata, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 130, da Lei 6.404/76. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Presidente: ROLF CARL DALE THORSTENSEN, Secretário: CANDIDO DE SOUZA. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Certifico o registro sob o número 1336515 em: 27/12/94. Célio Cota Pacheco - Secretário Geral. Prot.: 942498933.